



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Bom dia a todos. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, do Senado Federal, e apensados.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, de iniciativa do Deputado Valdir Colatto, que passo a ler:

Sra. Presidente,

Nos termos do art. 50, § 1º e do art. 83, parágrafo único, inciso II, "d", do Regimento Interno, requieiro a V.Exa. a inversão da ordem dos trabalhos para a deliberação da pauta na seguinte ordem:

I - Ordem do Dia;

II - Expediente;

III - Ata.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Eu subscrevi esse requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, para encaminhar a favor o requerimento, por 5 minutos.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados, desde ontem nós estamos envolvidos nesse debate, que teve, inclusive, ampla repercussão na mídia nacional.

É um tema importante para continuarmos debatendo, por isso devemos superar todos esses entraves o mais rápido possível. Hoje o nosso objetivo é chegar ao pedido de vista para, na semana que vem, aí sim, começarmos a discussão em tese e, com certeza, ao relatório.

Então, eu peço a aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu me inscrevi, Sra. Presidente... Eu acho que estou inscrito, não estou?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Sim, está. É porque, como V.Exa. não estava, o Deputado Nilto Tatto pediu para falar.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Está bem, acho que nós podemos dividir o tempo, ou eu posso ceder a vez ao Deputado Nilto Tatto também, se ele quiser. Nós estamos aqui irmanados pela mesma causa.

Nós, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Chico Alencar, entre outros, somos contra a aprovação desse projeto, Sra. Presidente, porque vai aumentar os casos de câncer, de má formação fetal, inclusive podendo gerar mutação genética, causar o desenvolvimento de novas síndromes e novas doenças no Brasil, devido à liberação, à facilitação do uso de agrotóxicos.

Por isso mesmo esse projeto foi denominado pela sociedade civil brasileira de "pacote do veneno". O Brasil já é um dos maiores consumidores de agrotóxico no mundo, e se quer facilitar ainda mais a utilização desses produtos que tão mal fazem à saúde humana.

A ideia de quem defende o projeto é facilitar o uso de agrotóxicos, para aumentar a produtividade da agricultura brasileira. Nós não somos contra o aumento da produtividade da agricultura brasileira, mas somos contra que isso seja feito à custa da saúde da população e da vida humana. Nós não aceitamos que a vida seja subordinada aos interesses do mercado ou submetida à busca desenfreada do dinheiro, que tanto mal tem feito à nossa sociedade.

Por essa razão, nós não queremos que a ordem dos trabalhos seja invertida. Aqueles que querem inverter a ordem dos trabalhos querem acelerar a aprovação do projeto, e nós queremos retardá-la. Na verdade, nós queremos impedir a aprovação desse projeto.

E não estamos sozinhos. Recebemos nós aqui notas técnicas: do Ministério Público Federal, contrária ao projeto; do Ministério Público do Trabalho, contrária ao projeto; da ANVISA, nota técnica recém-saída, contrária ao projeto; do IBAMA, contrária ao projeto; da FIOCRUZ, contrária ao projeto. Portanto, aqui não se trata de uma disputa entre o Governo e a Oposição, entre a Direita e a Esquerda. Essa é uma questão técnica que diz respeito à proteção da vida das pessoas e da saúde da população brasileira. Os órgãos técnicos, como a ANVISA, já se posicionaram claramente, deixando explícito que esse projeto não atende os interesses da população brasileira e da proteção da sua saúde.

Além do mais, Sra. Presidente, o projeto é inconstitucional — claramente inconstitucional —, e quem nos diz isso é o próprio Ministério Público Federal, em primeiro lugar, porque subordina o direito à saúde à ordem econômica. Um direito que é maior, que é a proteção do direito à saúde, está acima da proteção dos direitos do mercado ou da



ordem econômica. A economia e o mercado devem estar a serviço da vida humana, e não o contrário. É o ser humano que está no centro, e não o lucro, e não o dinheiro, e não o capital.

O Ministério Público diz que o projeto é inconstitucional também por outras razões. Ele vai acabar com a autonomia de Estados e Municípios, que não vão mais poder restringir o uso de substâncias. O projeto proíbe isso. Aquilo que for registrado em âmbito nacional não pode mais ser proibido por Estados e Municípios. Isso viola a autonomia federativa. A nossa Federação reserva determinadas competências para Estados e Municípios, e o projeto as tira.

Mais do que isso, o projeto tem outra aberração. Se o produto não for registrado em até 12 meses, ele pode ser usado. Se o poder público for ineficiente, quem é que vai pagar a conta? Será a população com a sua saúde. O agrotóxico não foi registrado no prazo de 12 meses, então ele pode ser usado. Ora, se ele não foi registrado, se as consequências do uso desse produto não foram avaliadas, como é que se pode liberar, sem o mínimo de cuidado, o uso dessa substância, colocando em risco a população brasileira?

Nós vamos fazer a mais dura obstrução à aprovação desse projeto e vamos tentar impedir que se chegue ao pedido de vista. Queremos jogá-lo para a semana que vem porque, quanto mais a população se der conta do que está acontecendo aqui, maior será a pressão dela sobre o Congresso para impedir a aprovação desse absurdo, Sra. Presidente.

Somos contra a inversão da ordem dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos passar agora à orientação das bancadas para a votação deste requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Como vota o PT?

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT encaminha contra a matéria. Eu tenho aqui em mãos, inclusive, o acórdão do Tribunal de Contas da União que, após uma auditoria, recomenda a diversos órgãos e também ao Congresso Nacional como preparar o Brasil para atender ao que se comprometeu: a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Um dos pontos que o próprio Tribunal de Contas levanta é justamente a legislação atual de liberação de agrotóxicos, muito permissiva do ponto de vista de isenção fiscal. Para



se ter ideia, o próprio Tribunal de Contas, no seu relatório, diz que nós demos isenção fiscal de cerca de R\$1 bilhão por ano para as empresas que produzem e distribuem agrotóxicos. No entanto, nós não trouxemos essas empresas aqui para debater o relatório.

Por isso, vejo a necessidade de debatermos o relatório, trazendo aqui as entidades que fizeram pareceres contrários a este relatório do Deputado Luiz Nishimori e também representantes do Tribunal de Contas da União.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PMDB?

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB - SC) - O PMDB, Sra. Presidente Tereza Cristina, vota a favor, até porque entende que nós estamos há mais de 2 anos nesta Comissão. Nós já fizemos audiências públicas em todo o Brasil, e já foram ouvidos todos os segmentos da sociedade. Nós estamos com uma legislação arcaica, atrasada em 30 anos. A tecnologia se moderniza, avança. Nós temos que estar de acordo com o que está surgindo de novidade no mundo. Por isso, nós temos que aprovar a matéria. E tudo o que se diz é balela, coisas que as pessoas estão dizendo, mas que, evidentemente, sensibilizam a sociedade. No entanto, eu, como técnico, como engenheiro agrônomo, tenho convicção plena de que nós estamos avançando, fazendo o melhor para a agricultura brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Peninha. Como vota o PP?

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, eu queria aproveitar e já fazer a orientação de todos os partidos da base.

Eu fiquei atento, observando as manifestações de alguns colegas, e quero falar sobre a menção ao câncer. Não podemos nos esquecer de que, neste mandato, a Câmara dos Deputados acabou superando todo o trabalho da ANVISA e liberou aquele remédio para combate ao câncer, matéria que nós aprovamos aqui na Câmara dos Deputados, sem observar toda a tramitação no que diz respeito a câncer. Tratava-se de uma evolução tecnológica para combater uma doença. Vamos olhar também para as pragas que existem dentro das plantações agrícolas.

Hoje, para combatermos determinada praga, precisamos de duas aplicações de alguns defensivos agrícolas. No entanto, já existem no mundo outros produtos defensivos agrícolas que combatem a mesma praga com apenas uma aplicação. Por que isso não é usado aqui no Brasil? Por conta da burocracia. Demora-se 8 anos para registro de um



produto no Brasil. É isso que queremos combater. Queremos trazer segurança para o consumidor. Trazendo nova tecnologia, vamos trazer mais segurança.

Com isso, orientamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSD?

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Querida Presidente desta importante Comissão, Sr. Relator, primeiro, quero destacar o equilíbrio que comandará essas discussões. Todos conhecem a nossa Presidente, sabem do seu equilíbrio, da sua cultura sobre o assunto. Com certeza, teremos um debate equilibrado.

E temos o relatório de um Deputado considerado hoje na Casa um Deputado também extremamente consciente daquilo que faz e que tem na sua história de vida projetos importantes. E é também um homem sensato. Por isso acredito que o nosso debate será um debate muito construtivo.

Não vou entrar no mérito. Vou votar favoravelmente.

Eu ouvi o Deputado Molon se pronunciando. O Deputado Molon também é extremamente combativo, e é bom que a Casa tenha Deputados desse nível, que têm argumentos para podermos realmente discutir assuntos importantes como este. No momento do mérito, até pelo profundo respeito que tenho ao Deputado Molon, se eu for convencido de alguns pontos, vou aceitá-los, mas vou tentar, claro, no debate, também convencê-lo de algumas posições que tenho, primeiro, porque conheço o assunto do agronegócio, a importância desta matéria; segundo, porque sou médico de formação, fiz anestesiologia e, na minha cadeira, eu tinha de ter um profundo conhecimento de farmacologia. Acho que poderei contribuir muito com o debate, claro, colocando posições que podem ajudar alguns Parlamentares que às vezes têm dúvidas em algumas situações. Podemos realmente direcionar o debate para um caminho correto, o melhor para a sociedade.

Aqui eu vi a Deputada Tereza Cristina até sair um pouco do seu modo habitual. Nós não podemos escutar certas coisas e não podemos também extrapolar as nossas posições a ponto de chegarmos quase a agressões pessoais. Eu acho que isso não nos cabe neste Parlamento, principalmente no momento que estamos vivendo. Esse negócio de que isso vai matar não é verdade. Nós sabemos que não é verdade. Mas na discussão do mérito nós trataremos disso.



Só um dado final — eu não sei se todos sabem, Deputado Molon —, na classificação geral, em molécula de defensivo por hectare, o Brasil ocupa a sétima posição — a sétima posição! O próprio Japão está à frente do Brasil, vamos dizer assim, nesse uso excessivo de que se fala. A Holanda é o primeiro lugar; um país como a Holanda é o primeiro lugar. O Brasil ocupa, então, o sétimo lugar. Mas essa é uma discussão que nós vamos fazer no mérito, porque as informações não são essas que também são colocadas às vezes no vazio por alguns institutos que nós respeitamos. É claro que nós respeitamos os institutos que se apresentaram aqui. Mas nós vamos discutir isso no mérito.

Eu acho que essa vai ser uma discussão saudável. Vamos buscar o melhor, Deputado Nishimori. Sei que V.Exa. é uma pessoa de muita consciência. O que estiver errado no relatório nós vamos retirar, e no que estiver correto nós vamos avançar, porque precisamos realmente avançar. O Brasil precisa continuar competitivo. Nós não podemos permitir, aí sim, a posição de alguns Parlamentares — e existem em todos os setores, não só na Oposição — a serviço de algumas entidades que não querem o Brasil competitivo.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Muito obrigada, Deputado Marcos Montes.

Agora eu vou passar a palavra para orientação ao PSB.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, eu queria dialogar com o Deputado Covatti, que acho que traz uma preocupação compreensível: o prazo para se proceder a um registro. Digamos que, de fato, em alguns casos, se chegue a esse tempo de 8 anos. Como é que se resolve esse problema da burocracia? Colocando gente qualificada e eficiente para fazer o que tem que ser feito. Então, a solução não pode ser: *"Demora muito para registrar um agrotóxico, então vamos liberar qualquer agrotóxico"*. Não! Se demora muito, vamos contratar profissionais qualificados para que o prazo seja menor.

A solução está errada. Ainda que ele possa estar constatando algum problema que exista, a saída é qualificar a ANVISA com profissionais, com instrumentos de trabalho, qualificar o IBAMA, qualificar os órgãos todos que eventualmente vão ter que se posicionar ou que, de alguma maneira, vão participar, e não simplesmente acabar com o registro ou fazer um "liberou geral".



Liberar de forma geral os agrotóxicos significa permitir que a mesa do brasileiro, que o prato de comida do brasileiro esteja cheio de veneno. Nós não queremos colocar veneno no prato das nossas crianças.

Por isso, "não" à inversão da ordem dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como encaminha o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Presidenta, colegas, nós não queremos a inversão da ordem dos trabalhos porque queremos debater e trazer aqui — e isso será feito em outro momento com mais detalhes — seis grandes erros do projeto.

Primeiro erro — e o mundo vive também de palavras, sobretudo o Parlamento e a legislação —: o nome "defensivo fitossanitário", em lugar de "agrotóxico", é enganoso.

Segundo erro: o projeto autoriza o registro de produtos que causam malefícios à saúde da população. Quem diz isso é a FIOCRUZ, com toda a sua autoridade moral, e um departamento insuspeito do Ministério da Saúde.

Terceiro erro: cria o registro especial temporário e a autorização temporária para qualquer produto que tenha sido aprovado em algum país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que tem critérios que nem sempre respeitam os da Organização Mundial da Saúde.

Quarto erro: retira competência de Estados e Municípios para fazer legislação mais específica.

Quinto erro: dá ao Ministério da Agricultura autoridade única para veto e diminui, minimiza a posição e a atuação da ANVISA e do IBAMA.

Por fim, os órgãos de saúde não teriam mais autonomia nem para publicar dados da análise de agrotóxicos em alimentos.

Então, é um equívoco só. A população está acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma abordagem um pouco diferente da que tem sido feita. Eu falo na segurança das exportações das *commodities*.

Presidente, eu gostaria da atenção de V.Exa.

Nós temos visto que existe hoje uma grande competição no mercado internacional pelos produtos brasileiros, principalmente as nossas *commodities*. A maioria desses



agrotóxicos é dirigida para as *commodities*. Eu tenho aqui um levantamento que diz: café, cana-de-açúcar, citros, milho e soja.

Eu lembro que nós já tivemos duas operações que prejudicaram as exportações brasileiras do agronegócio, principalmente da pecuária, quando houve o questionamento da Carne Fraca, carne podre, sei lá o nome que se deu a isso.

Nós precisamos ter muita cautela ao tratar desses assuntos.

Eu mesmo, como Ministro do Meio Ambiente, falei com o pessoal do IBAMA que tivesse a maior cautela, porque isso poderia prejudicar as nossas exportações.

Ora, como se sabe hoje que a maioria desses agrotóxicos é dirigida a essas *commodities*, se mexermos na legislação, num momento como este, poderemos fragilizar o mercado das *commodities* brasileiras.

Então, eu não vejo ganho nem para o agronegócio, ao se fazer esse tipo de discussão num momento como este. Ao contrário do que se fala e da percepção que há junto aos produtores, isso pode fragilizar as nossas exportações, pode dar argumento aos concorrentes, porque, conforme estava dizendo o Líder do PSOL, nós temos, na soja, por exemplo, 35 agrotóxicos.

(Não identificado) - Defensivos.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - Pode ser defensivo. Eu uso agrotóxico. Seja o nome que for, desses 35, 26 são proibidos na União Europeia. Então, se formos liberar aqueles que já estão liberados lá, devemos proibir aqueles que são proibidos lá. Essa é uma questão fundamental.

O que eu quero dizer é que essa discussão fragiliza o agronegócio brasileiro, fragiliza as exportações brasileiras, que são importantes para o equilíbrio fiscal do Brasil. Essa é uma abordagem que eu acho que deveria ser levada em conta agora pelos produtores, porque não adianta nós mesmos fragilizarmos as nossas exportações, e é isso que está acontecendo, em razão deste tipo de discussão hoje aqui.

Nós somos contra a inversão de pauta, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Sarney Filho.

Em votação o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Como vota a Minoria?



O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Se ainda não está na mesa, chegará aí um ofício me indicando para representar a Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para orientar, não precisa.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado. Vou usar 1 minuto.

Sobre o aspecto da saúde, vou discordar frontalmente, porque, trocando a palavra, não se muda o conteúdo: vai-se colocar agroquímico, agrotóxico, veneno na lavoura. Então, para isso ser palatável, os que defendem isso agora chamam de fitossanitários. E "fito" significa "planta"; "sanitário" significa "saúde". Então, desafio a esses que bebam um copinho desse veneno, que agora não é mais veneno, mas fitossanitário. Bebam!

Todo esse povo aí que ontem, inclusive, veio votar e todas as entidades que estão defendendo que os Deputados digam para o povo brasileiro que vai ter de engolir veneno, antes de entregar o veneno ao povo brasileiro, pegue o veneno, escreva "fitossanitário" e beba.

Nós somos contra a inversão.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como votam a REDE, o PSL e o AVANTE? *(Pausa.)*

Não estão presentes.

Então, em votação o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Os contrários queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, peço verificação.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Peço verificação também.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Conjunta?

Verificação concedida.

Iniciada a votação.

Está aqui a orientação: é "sim" para quem é a favor da inversão e "não" para quem não quer inversão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O PSB entra em obstrução, Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - O PSOL entra em obstrução.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, o PT entra em obstrução.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - O PV entra em obstrução.



(Pausa prolongada.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Vou fazer uma observação e queria que fosse até formal. Pela quantificação aqui, num plenário pequeno, com pouca frequência, é possível fazer as contas: ou ganhamos de 6 a 4 ou foi 5 a 5. O que certamente não aconteceu foi a vitória do requerimento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Foi 5 a 5, não é? Foi 5 a 5. É só uma observação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Não, mas esse negócio do painel... O painel é uma amostragem simbólica, virtual. No plenário também é sempre assim. Às vezes é acachapante a vitória de uma posição, mas como o painel tem muito do outro...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, V.Exa. sabe mais do que eu que na votação simbólica não se contabilizam os votos. E o voto do Relator prevalece, no caso de empate. Então, agora, vamos tirar a dúvida com a votação nominal.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Então, V.Exa. podia ter anunciado: "*Deu empate!*" Fica mais emocionante até. *(Risos.)*

Foi 5 a 5, certamente.

(Pausa prolongada.)

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - Enquanto estamos neste processo, Presidente Deputada Tereza Cristina, quero dizer que recebi há pouco uma nota do Ministério Público que diz que já foi pedida uma audiência pública para ouvirmos aquela instituição.

Eu não sei como está o procedimento — eu cheguei agora, este é o meu primeiro dia aqui. Minha preocupação, como eu já disse, é, principalmente, fazer com que nossos mercados não sejam atingidos por uma discussão extemporânea. Porém, acho importante ouvirmos o Ministério Público, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Pergunto ao Relator se recebemos algum pedido.

Nós recebemos algum pedido, Sr. Relator? *(Pausa.)*

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR - PR) - Pedido, não, Sra. Presidente. Somente os requerimentos aprovados pela Comissão.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não houve pedido de audiência pública pelo Ministério Público. Está sendo feito agora. Faz 2 anos que a Comissão está aberta, e aprovou alguns requerimentos. O Deputado Luiz Nishimori deixou claro que, nestes 2 dias, vai conversar, enquanto há o pedido de vista. No entanto, fazer uma audiência pública, hoje, não cabe mais, infelizmente. *(Pausa.)*

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - Sra. Presidente, obrigado pela informação.

Neste caso, eu queria gostaria de passar oficialmente, se é que já não o fizeram, uma nota do Ministério Público Federal da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Trata-se de uma nota a respeito deste assunto. Gostaria de passar à Mesa, para que esta a registre e a inclua na ata da próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Ministro. A Mesa recebe o documento. *(Pausa.)*

Ministro Sarney, nosso Ministro Zequinha, nós recebemos um requerimento ou ofício de recomendações do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

(Pausa prolongada.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O quórum já foi alcançado.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos proclamar o resultado: "sim", 15; "não", 1.

Aprovado o requerimento.

Vamos inverter a pauta.

Declaro prejudicados os demais requerimentos de inversão da ordem dos trabalhos e respectivos requerimentos de votação nominal.

Passamos, então, à Ordem do Dia.

Discussão e votação do parecer do Relator, o Deputado Luiz Nishimori.

Presto novamente alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão a discussão e a votação do parecer do Relator nesta Comissão.

A lista de inscrições para a discussão encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio da Secretaria.

Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, contra e a favor do parecer. É permitida a permuta de inscrição. Porém, aqueles que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a inscrição.



O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes e de 10 minutos para os Deputados que a ela não pertençam.

Os Deputados que desejarem fazer a leitura de eventuais votos em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição, pelo prazo já estabelecido, não lhes sendo permitido falar novamente. Os autores de eventuais votos em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar seus votos à Secretaria para inclusão na publicação do avulso. Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação.

Decisão.

Declaro prejudicados os requerimentos de votação nominal da retirada de pauta apresentados pelos Deputados Alessandro Molon e Nilto Tatto, em virtude de já ter sido rejeitado requerimento de idêntico teor na reunião de ontem, nos termos do art. 186, § 2º.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, de iniciativa do Deputado Alessandro Molon, que passo a ler:

"Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea 'c', combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 6.299, de 2002."

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. S.Exa. Dispõe de 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Um colega disse, mais cedo, no debate sobre este projeto, que havia muitas manifestações sobre o projeto que eram balela. Veja, Presidente: não se trata de balela, mas de uma posição de quem pesquisa cientificamente o assunto.

A posição contrária ao projeto não é apenas dos Parlamentares que aqui estão obstruindo este absurdo. É uma posição contrária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA. Ela é contra a aprovação deste projeto. O Ministério da Saúde tem posição contrária à aprovação deste projeto. A Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, maior órgão de pesquisa sobre saúde no Brasil, é contrária a este projeto. Como é que alguém pode chamar isso aqui de balela, Sra. Presidente? São cientistas brasileiros premiados no mundo inteiro, gente séria e reconhecida dizendo que isto aqui vai fazer mal à saúde humana. Não se trata de opinião, nem de impressão, nem de preconceito. Trata-se de um estudo científico.



O Instituto Nacional do Câncer tem nota contrária ao projeto. O Ministério Público Federal tem nota contrária ao projeto. O Ministério Público do Trabalho tem nota contrária ao projeto. O IBAMA tem nota contrária ao projeto. Sra. Presidente, será que todos estes órgãos estão errados, e apenas os Parlamentares que são a favor do projeto e que defendem o setor agrícola brasileiro estão certos? Será que estes órgãos não entendem nada de saúde humana, de proteção à vida no Brasil? Será que não entendem nada de Constituição ou de leis? Será que tudo isso é balela? Será que isso pode ser tratado desta forma? É razoável que o Congresso Nacional faça isso?

Isso não é razoável, Sra. Presidente! Não é razoável que se avance nesta votação, sobretudo sem ter realizado as audiências públicas para ouvir estas pessoas.

Por que, antes de se aprovar o parecer do Relator, não chamamos aqui a ANVISA? Por que não chamamos a FIOCRUZ? Por que não chamamos o Instituto Nacional do Câncer? Por que não chamamos o Ministério Público Federal?

O Deputado Hauly apresentou requerimento, que foi aprovado, em que propôs o convite ao Dr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Procurador da República. Por que não ouvir o Ministério Público Federal? Por que calar as vozes técnicas, científicas que são contrárias ao projeto? Por que não ouvi-los? Dos 17 itens do plano de trabalho do Relator, 9 deles não foram cumpridos — mais da metade! Mais da metade dos itens do plano de trabalho do Relator não foi tratada, não houve as audiências públicas.

Por esta razão, nós queremos retirar de pauta a proposição. O parecer do Relator foi apresentado, ele fica sobrestado.

Portanto, eu faço a V.Exa. uma proposta: vamos realizar três ou quatro audiências públicas para ouvir estes profissionais. Aqueles que defendem o projeto podem trazer os técnicos que quiserem para contrapor os argumentos. Vamos ouvir o que as instituições brasileiras — instituições sérias, renomadas, reconhecidas — têm a nos dizer sobre este assunto. Não estamos tratando de algo que terá pouca consequência na vida das pessoas. Isso comprometerá a saúde das próximas gerações brasileiras.

Se este projeto foi aprovado, acaba-se permitindo que substâncias que provocam câncer, má-formação fetal ou mutações genéticas sejam registradas. Hoje isso é proibido no Brasil, mas, se este projeto for aprovado, passará a ser permitido, o que é muito grave.

Além disso, há mudança de nome, diante da tentativa de chamar agrotóxico de defensivo fitossanitário. Ele não é defensivo, ele não defende: ele ataca a saúde humana,



ele ataca a saúde das pessoas. Não se trata de um defensivo agrícola, mas sim de um veneno que vai parar no prato das brasileiras e dos brasileiros. O arroz e o feijão que serão servidos aos nossos filhos terão mais veneno.

Nós não aceitamos isso, Sra. Presidente.

Por isso, pedimos a retirada desta proposição de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Peço ao Deputado Bohn Gass que me substitua, porque preciso votar em outra Comissão.

Para encaminhar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Covatti Filho.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Colegas Deputados, peço a atenção de todos. Aqui nós estamos lidando com algumas fantasias e, principalmente, com algumas mentiras, quando alguns dizem que o Brasil é um dos países que mais consome defensivos agrícolas.

Nós temos uma consultoria alemã que diz que o Brasil está em 11º no *ranking*, ficando atrás da Argentina, dos Estados Unidos, da Austrália e da Espanha. O País cumpre todo o processo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, respeitando o limite máximo de resíduos ou índices de ingestão, em se tratando do que é aceitável. Aí vem um detalhe.

O que acontece? Quando temos uma produção com alguma praga — aqui há produtores agrícolas que sabem disso muito mais do que eu —, muitas vezes, nessa praga é preciso colocar duas, três aplicações de defensivos. Há tecnologias fora do Brasil que permitem que seja necessária apenas uma aplicação, reduzindo ainda mais esses índices.

Eu acho que isso é coisa para leigo ver. São essas coisas que nós precisamos contra-atacar. Isso é o que nós precisamos discutir aqui, colegas. Acho que precisamos começar a falar a verdade. Nós temos, sim, que ir logo para a discussão do projeto.

Então, peço aos colegas a rejeição deste requerimento. Nós vamos conseguir superar mais esta obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para orientar a bancada, V.Exas. dispõem de 1 minuto.

Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Nós do PT orientamos favoravelmente à retirada de pauta.

Eu quero saber a quem interessa votar este relatório neste momento, se nós temos mais de 270 organizações da sociedade civil contrárias ao projeto; se nós temos pareceres



contrários do Ministério Público, da ANVISA, da FIOCRUZ, do Conselho Nacional de Direitos Humanos e de todas as organizações públicas e privadas interessadas em fazer este debate. Então, por que há essa pressa para debater e votar este relatório? Quem é que está por trás disso? Estão pagando a conta para quem? Essas são as perguntas que eu faço.

V.Exas. acham que este relatório vai ser aprovado no Plenário? V.Exas. acham que a sociedade vai aceitar isso?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o MDB?

O SR. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB - SC) - O MDB vota "não", Sra. Deputada.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Eu queria fazer a orientação para todos os partidos da base.

Orientamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB, Deputado Alessandro Molon?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu peço a V.Exa. que agregue o tempo de Liderança do PSB ao tempo de orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. disporá de mais 5 minutos, Deputado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, eu quero fazer um debate franco com os colegas que defendem a aprovação deste projeto.

Disseram que estão sendo ditas mentiras aqui. Bom, mas só está sendo dita alguma mentira aqui se a FIOCRUZ estiver mentindo. É razoável imaginar que os cientistas da FIOCRUZ, essa instituição tão renomada e respeitada, estão mentindo? Será que o IBAMA está mentindo? Será que é mentira do IBAMA? Ou será que a mentira é do Ministério Público Federal? Será que são os Procuradores da República que estão mentindo, dizendo que este projeto é ruim, e ele é ótimo? Ou será que é o Ministério Público do Trabalho que é o mentiroso? Seria a ANVISA a mentirosa? É a ANVISA que está mentindo? Ou será que o Ministério da Saúde é que está mentindo? Ou será o Instituto Nacional do Câncer, órgão público que também se posicionou contra o projeto, que está mentindo?



Portanto, Sra. Presidente, se é para falar a verdade, vamos falar a verdade por inteiro. O projeto é péssimo para a saúde da população brasileira! O projeto é um enorme risco para a vida das pessoas! O projeto é uma ameaça ao meio ambiente! O projeto é muito ruim!

Este não é um projeto mais ou menos, não é um projeto inofensivo, muito menos defensivo. Este projeto é um ataque à saúde da população brasileira, é um ataque à vida humana no Brasil, é um ataque às nossas terras, aos nossos rios, às nossas águas, porque os agrotóxicos contaminam também os nossos rios, as nossas águas e as nossas terras.

Isso significa facilitar a distribuição de veneno pelo território nacional, que chegará ao prato de comida das crianças, das famílias brasileiras, alterando a formação de fetos no útero das mães, porque serão registradas substâncias que causam má formação fetal, segundo as notas técnicas que nós recebemos. Isso está no projeto de lei, Sra. Presidente. Portanto, é gravíssimo o que está acontecendo aqui! Não é um detalhe, não é uma besteira, não é uma implicância de quem é da Oposição! Isso aqui não é um assunto entre Governo e Oposição, não é um assunto entre Direita e Esquerda. Isso é um assunto técnico-científico. O Congresso Nacional está prestes a cometer um grave erro através desta Comissão. Este projeto não pode prosperar.

Nós vamos aqui fazer uma dura oposição a essa iniciativa. Nós vamos obstruir. Hoje nós vamos tentar evitar que se chegue ao pedido de vista. Nós não queremos que isso seja votado desse jeito. Nós queremos que as brasileiras e os brasileiros possam ter a sua saúde protegida pelas leis do Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados tem por obrigação proteger, acima de tudo, a vida das pessoas. Aliás, o poder que exercemos aqui se dá em nome dessas pessoas. Nós não estamos aqui por conta própria, em nosso nome próprio; estamos aqui em nome dessas pessoas, cuja saúde será afetada negativamente se este projeto prosperar.

Se isso aqui fosse uma conversa de leigos, talvez alguém pudesse contra-argumentar, dizendo que se trata de gente que não entende do assunto. Ora, como dizer que a FIOCRUZ não entende disso? Como dizer que a ANVISA não entende disso? Como dizer que o IBAMA não entende disso? Como dizer que o Instituto Nacional de Câncer não entende disso?

Sra. Presidente, a busca do lucro e do crescimento econômico não pode se dar em detrimento da saúde e da vida humana. Isso é imoral, não é apenas inconstitucional ou



ilegal. É imoral facilitar o crescimento de um determinado setor econômico à custa da vida das pessoas, especialmente das pessoas mais pobres. Hoje em dia, quem tem condições compra alimentos orgânicos. Eu duvido que os colegas que estão aqui, se puderem escolher entre um produto orgânico e um produto com agrotóxico, escolherão para os seus filhos e suas filhas o produto com agrotóxico. Eu duvido! Todo mundo que pode pagar opta pelo produto orgânico. Entretanto, quantos no Brasil podem pagar pelo produto orgânico, que lamentavelmente ainda é muito mais caro do que o produto com agrotóxico? Poucos. Então, não é razoável fazer isso com o prato de comida daqueles que não podem comprar alimentos sem agrotóxicos.

Por essa razão, Sra. Presidente, nós vamos orientar a favor da retirada de pauta deste projeto de lei, para se realizarem as audiências públicas. Aqueles que defendem o projeto que nos convençam nas audiências públicas, tragam técnicos que nos mostrem que o projeto é bom, porque, até agora, FIOCRUZ, INCA, ANVISA, IBAMA, Ministério Público, todos dizem que o projeto é péssimo. Nós vamos tentar derrotá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, peço a V.Exa. que incorpore o meu tempo de Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. disporá de mais 3 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, colegas, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva informa: o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Então, há informações que se chocam aqui. A ANVISA informa: dos 50 biocidas usados no Brasil, a União Europeia proíbe 22. O ex-Ministro do Meio Ambiente questionou agora: se há tanto louvor ao agronegócio brasileiro, se há prosperidade, se há altas tecnologias, por que mudar agora, exatamente na contramão daquilo que o mundo pede: tecnologia limpa, alimentos saudáveis? Se tem funcionado até agora, com tamanha prosperidade; se "o agro é tech, o agro é pop"; agora o agro vai ser desleixado com a saúde da população? Isso vai prejudicar as exportações. A Academia Brasileira de Letras informaria, da série enganosa dos eufemismos: agrotóxico não é defensivo fitossanitário, assim como antibiótico não é floral e veneno não é vitamina. Vamos fazer o bom debate, dando o nome certo às coisas.

Este projeto prejudica o próprio agronegócio — é impressionante! Eu suponho que não haja uma unanimidade pouco inteligente do setor em relação à aceitação desse projeto



— e, seguramente, pelas autoridades já aqui reiteradas, traz malefícios à saúde da população e dos trabalhadores. Portanto, nós queremos que essa matéria seja, sim, retirada de pauta, porque essa pauta destoa e desafina em relação aos avanços que este País precisa ter.

Nunca no mundo a consciência em relação ao meio ambiente, ao direito à saúde e à segurança alimentar foi tão grande. Este projeto tem uma eiva e uma seiva nocivas, que significam retrocesso. Querem desburocratizar, mas em prejuízo de órgãos importantes, como a ANVISA e o IBAMA, tendo o poder de veto sobre certos produtos. Isso já existe — a fiscalização é precária — e é absolutamente razoável. Parece que o País quer entrar numa de caranguejo também nesse aspecto, quer andar para trás.

A população acompanha tudo isso. Já não são mais 271, e, sim, 280 entidades da sociedade civil que se manifestam contra esse projeto. Seja na semana que vem, seja daqui a 1 mês, a população vai ficar ciente disso e vai se manifestar. Quem é representante da população, quem escuta o clamor da população há de rever posição.

Hoje, provavelmente, haverá maioria aqui para manter o projeto na pauta e começar a fazer a discussão na semana que vem. Mas a população está atenta e pode nos cobrar, inclusive no dia 7 de outubro. É justo que ela faça isso em relação a todas as posições que tomamos aqui. Nós temos o melhor juiz, que não é o Sergio Moro, mas é S.Exa. o cidadão e a cidadã...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) - Sra. Presidente, eu ouvi atentamente o Deputado Covatti Filho fazer as suas argumentações a respeito da posição do Brasil no contexto internacional. Isso reforça o meu primeiro argumento. Ora, se nós somos líderes de exportação de *commodities*, se nós temos hoje mercados cativos é porque a comunidade internacional, os consumidores internacionais aprovam a produção brasileira.

Segundo o *Correio Braziliense*, em edição de 9 de abril de 2015, a venda de agrotóxicos no Brasil passou de 2 bilhões de dólares para mais de 7 bilhões.

Então, Sra. Presidente, o meu apelo é justamente para que nós façamos uma reflexão. O Brasil não pode perder esse crédito internacional que tem. Tenho certeza, tenho convicção de que isso vai fragilizar as exportações brasileiras. Eu não quero entrar no mérito e afirmar que é veneno, que a ANVISA é contra, que os órgãos técnicos são contra



— tudo isso é verdade —, mas é preciso que o próprio agronegócio saiba dos riscos que está correndo ao levantar essa discussão e flexibilizar a nossa legislação sobre agrotóxicos.

Encaminho "sim", a favor do requerimento de retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sra. Presidente, quero inicialmente dizer que este não é um debate...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, V.Exa. dispõe de 1 minuto, porque não há delegação, ainda. Não sei se a delegação está chegando.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - V.Exa. não vai me conceder o tempo porque ainda não recebeu o ofício?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Só vou conceder o tempo de orientação. Quando a delegação chegar, V.Exa. pede o tempo de Liderança.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - O Brasil perde com este debate. O correto, hoje, no Brasil, seria nós dizermos quais fitossanitários deveriam permanecer e quais fitossanitários deveriam ser retirados, já que o mundo os retirou. Nós estamos envenenando a mesa do povo brasileiro. Portanto, isso aqui é contra o Brasil e é contra a agricultura brasileira.

É um desespero das indústrias querer oferecer venenos que, no mundo inteiro, já foram proibidos. É por isso que nós somos favoráveis à retirada de pauta deste PL 6.299/02, que é o PL do veneno na mesa do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Passo a palavra para a Oposição, que vai agregar o tempo de Liderança.

V.Exa. dispõe de 9 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Sra. Presidente.

Colegas Deputados, eu quero relatar algo que aconteceu num debate similar a este: o debate sobre o uso dos transgênicos. Na mesa em que estávamos, o defensor dos transgênicos argumentava sobre o valor, o menor uso de venenos, a economia, a praticidade, a qualidade desse alimento. No final do debate, alguém do povo — o povo é sempre muito sábio — fez a seguinte pergunta: "*O senhor que defende tanto os transgênicos, se tivesse à sua frente um prato com alimento transgênico e um prato convencional sem transgênico, qual o senhor aceitaria para comer?*" Ele não teve dúvida e



respondeu: *"É claro! O não transgênico"*. Portanto, ele passou 1 hora inteira defendendo que aquilo não traria problema, mas, quando teve que optar, optou por não comer, porque sabia que a alteração genética teria suas consequências.

Hoje estamos falando sobre o veneno. O que estamos aprovando aqui é que, no rótulo de identificação da comida e de tudo o que o cidadão for comprar, vai estar escrito que o produto recebeu aplicações de agrotóxicos — "agro" vem da agricultura; "tóxico" vem do veneno. Então, o cidadão vai decidir se ele quer comprar com veneno ou não. Agora vai estar escrito "fitossanitário". Eu quero desafiar as pessoas — como aquele cidadão que defendeu o transgênico, mas não queria comer o alimento transgênico — a aceitar, em suas famílias, esse tratamento cosmético que está se dando agora: em vez de chamarem de veneno, chamam de fitossanitário, para tornar mais palatável o negócio.

Quem vai fazer festa não é o produtor. Agora o produtor está pagando *royalties* para quem tem a tecnologia da semente, para quem tem a tecnologia do insumo, para quem tem a tecnologia do veneno e para quem é acionista das redes de farmácias. Nós vamos envenenar as pessoas e, depois, o mesmo que mandou envenenar vai vender o remédio. Essa é lucratividade do capital. É disso que nós estamos tratando.

Então, quem é defensor da agricultura, como eu, quer que o nosso mercado possa ser exportador. Enquanto o mundo e a Europa estão banindo ou restringindo o uso de venenos — o consumidor europeu não quer comprar produto com veneno —, nós vamos ferir a nossa venda comercial. Nós estamos prejudicando o agricultor.

Quem votar a favor deste PL vai dar um tiro no pé e vai prejudicar a política do agricultor. Isso vai dificultar a exportação, e o brasileiro não vai aceitar o consumo de venenos. Então, relativamente à nossa produção, nós estaremos dando um tiro no pé.

E, pior, aqueles que diziam que a aplicação de tecnologia diminuiria o uso de veneno veem que, em lavouras de soja, o glifosato, que é vendido pela Monsanto e por empresas associadas, já não mata mais a buva. A buva é uma planta, um inço, como é chamado comumente, que está lá e que não é mais banido com o glifosato, com o Roundup. O que vai acontecer? Vai ter que ser aplicada mais uma dose de veneno.

Então, o que está sendo dito aqui é o contrário. Nós vamos dificultar a nossa produção agrícola, vamos aumentar o uso de venenos e vamos dificultar a nossa venda internacional. Esse é um aspecto importante.



O terceiro elemento que eu quero destacar é a necessidade de raciocinarmos sobre a pesquisa brasileira. As nossas instituições, a EMBRAPA e outras, têm que pesquisar. Já existem biopesticidas, já existem biofertilizantes. Se essa nossa natureza, em que se promoveram tantos desequilíbrios, pode ser tratada com produtos que não são agressivos ao meio ambiente, que não são agressivos à água, que não são agressivos à natureza como um todo e às pessoas, nós podemos e devemos trabalhar com biofertilizantes, com biopesticidas. Essa é a tecnologia que tem de ser utilizada. Essa tecnologia, é claro, não interessa aos financiadores de campanha! Essa tecnologia não interessa a quem quer vender agroquímicos e venenos! Esse é o debate que temos de fazer.

Eu defendo que existam, em nossos institutos de pesquisa, áreas alternativas de desenvolvimento de tecnologias que não sejam agressivas, que sejam sustentáveis. É exatamente isso que nós estamos propondo ao Relator.

Não deve o Relator trocar o nome "agroveneno" ou "agrotóxico" por um nome que representa uma medida cosmética. Não podemos aceitar o termo "fitossanitário".

O quarto elemento é a insegurança jurídica. Este relatório contraria as normas técnicas! Um agrônomo que já segue por 15 anos as normas técnicas da ABNT pode infringir a lei se ele continuar a segui-las. Se ele seguir a lei com a qual se quer liberar o uso de venenos no Brasil, pode ser acusado pelo CREA. Vai ser criada então insegurança jurídica, senhores. Nós também não podemos permitir isso.

Quinto elemento: desrespeito ao princípio da precaução. Vejam o que está aqui colocado. Eu quero dialogar com o nobre Relator. No mundo, se for banido um produto químico por ser agressivo, esse produto deveria ser imediatamente suspenso no Brasil. Mas aqui ele estabelece que esse produto será submetido a reanálise de risco. Em vez de suspender o produto, vai manter a aplicação dele e vai reavaliar o risco. Não! Tem que haver uma imediata suspensão. Esse é um tema que nós queremos que o Relator altere.

Sexto ponto. O Relator define, a respeito da flexibilização dos registros, quando se tratar de mutação genética, câncer, distúrbio hormonal, esterilidade, caso relacionado a produtos que não tenham antídoto ou tratamento eficaz no Brasil, que esse risco fica registrado de forma abstrata: risco inaceitável para os seres humanos.

Nós acabamos de votar uma legislação trabalhista! Mulheres, prestem atenção, o Congresso aceitou que mulheres grávidas possam trabalhar em lugar insalubre!



É isso? O que é inaceitável? Tornou-se aceitável que mulheres grávidas possam trabalhar em lugar insalubre. Será aceitável que mulheres grávidas possam aplicar veneno nas lavouras? Foi isso que o Congresso votou. Nós não podemos aceitar que isso fique registrado dessa forma.

Trata-se de algo inconstitucional. A Constituição brasileira é clara. Existe uma legislação nacional, mas o Estado e o Município podem restringir o uso de veneno. Por exemplo, eu não posso dizer que está proibido o uso do 2,4D, mas posso declarar que, perto de fontes de água consumida pelo povo, perto de plantações de alimentos, perto de escolas, onde há crianças, vai ser restringido o uso do veneno. Mas o Relator está definindo que não se pode mais restringir isso. Nesse caso, estamos propondo uma mudança objetiva.

Atenção, Governadores! Está sendo dito que não mais poderão legislar sobre isso. Também os Prefeitos não mais poderão defender o seu público no caso, por exemplo, de veneno que é aplicado num gramado da cidade e acaba entrando em contato com a água que será consumida pelo povo.

Então, sob todos esses aspectos, aspectos econômicos, jurídicos e, fundamentalmente, aspectos de saúde, nós não podemos concordar com o que se pretender estabelecer.

Nós faremos de tudo para que o Brasil não receba a pecha de maior consumidor de venenos. Agora, por enquanto, abre-se a fronteira para efetivamente se consumir veneno.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Bohn Gass, o voto é "sim"?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - O voto é "sim" para não votarmos hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. dispõe de 8 minutos.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente, caros colegas Parlamentares, quero levantar alguns pontos para demonstrar como é importante protelarmos a votação deste relatório.

Do ponto de vista econômico, aqueles que defendem a aprovação deste relatório a todo momento falam da importância da agricultura brasileira para a balança comercial. Dizem, inclusive, que esse modelo de agricultura é importante para acabar com a fome no mundo, pelo papel que o Brasil tem, pela extensão territorial que o País possui.



Este relatório, no entanto, não dialoga com pesquisas que a própria ONU vem divulgando. Ela mostra que esse modelo de agricultura, que tomou conta do mundo inteiro e é preponderante no Brasil, tem como base o uso intensivo de agroquímicos, de fertilizantes e de venenos na agricultura e a concentração de terras, o latifúndio.

A ONU mostrou claramente, em relatório do ano passado, com a participação de pesquisadores independentes, que o caminho para acabar com a fome no mundo passa pela distribuição de terra, pela reforma agrária e pela valorização da agricultura familiar. Na agricultura familiar, há também a proteção da agrobiodiversidade, da diversidade agrícola.

No modelo de agricultura atual, se verificarmos o que se produz hoje, aquilo que representa o agronegócio no Brasil, veremos que há quatro ou cinco espécies: soja, cana, milho, algodão e alguma outra.

Do ponto de vista da balança comercial, é preciso considerar também que os países do hemisfério norte, que são os grandes importadores de grãos do Brasil, de derivados da agricultura brasileira, não querem mais consumir veneno. Portanto, daqui a pouco, o Brasil não vai mais poder exportar produtos para esses países.

Então, eu pergunto aos que defendem este relatório: a serviço de quem querem aprovar este relatório? A serviço do povo brasileiro, do Brasil, que quer continuar vendendo seus produtos para outros países? V.Exas. estão defendendo os agricultores ou as cinco ou seis empresas que dominam toda essa cadeia?

Quanto ao aspecto da saúde, sabem quanto têm aumentado os casos de doenças — as pesquisas vêm mostrando isto — causadas pelo consumo de venenos, de agrotóxicos por meio de alimentos? Se colocarmos isto numa balança, ou seja, quanto o Estado brasileiro gasta, quanto do Orçamento é destinado para a cura de doenças causadas pelo uso de agrotóxicos, V.Exas. vão verificar que esse modelo de agricultura causa prejuízo ao povo brasileiro, não interessa ao povo brasileiro.

Neste relatório V.Exas. também tiram do IBAMA o papel de controlar as autorizações relativas ao uso de novos agrotóxicos. Hoje, sabe-se que o segundo maior fator de contaminação dos mananciais em todo o País — estou falando dos locais onde se faz captação de água para beber e onde os animais vão beber água — é o uso de agroquímicos na agricultura: fertilizantes, adubos e venenos, agrotóxicos.

Este relatório não considerou, por exemplo, as propostas que vieram para cá para se repensar o modelo de agricultura que temos no Brasil. Cito o projeto que cria a Política



Nacional de Redução de Agrotóxicos. Nós sabemos que este modelo preponderante foi construído em 40 ou 50 anos e tomou conta do Brasil. Para se pensar um novo modelo de agricultura que vá diminuindo o uso de agroquímicos, de agrotóxicos, é preciso tempo. Mas o Relator sequer observou esse projeto, que é de iniciativa popular, é de iniciativa de organizações da sociedade civil, entre elas o IDEC, a Via Campesina, o Greenpeace. Várias organizações estão preocupadas, querem um modelo de agricultura que use menos veneno na produção de alimento.

Esse projeto, por exemplo, discute a questão da reforma tributária — a propósito, o Deputado Haully está presente nesta reunião. Nós damos como incentivo fiscal a empresas ligadas ao agronegócio, à produção e distribuição dos venenos, dos agroquímicos, cerca de 1 bilhão por ano. Nós precisamos fazer esse debate. Por que não investimos esse valor na produção de defensivos biológicos, em incentivos à produção agrícola sob a perspectiva da agroecologia, em vez de destiná-lo para as cinco ou seis empresas que dominam a cadeia da produção dos agroquímicos. Percebam que nós temos outra saída.

Pergunto: a quem interessa este relatório? A serviço de quem está este relatório? É isso que eu pergunto aos Parlamentares que querem defender e votar este projeto. V.Exas. não estão votando um projeto que interessa ao povo brasileiro, estão querendo votar um projeto que interessa às empresas que dominam a cadeia da agricultura.

Como demonstração de que este relatório não representa a vontade do povo brasileiro, apresento este abaixo-assinado, que tem mais de 100 mil assinaturas, enviado por pessoa física, um manifesto assinado por 280 organizações da sociedade civil, feito em 1 semana pela plataforma Chega de Agrotóxicos — é uma pena que o Relator tenha saído agora dessa mesa. A vontade do povo brasileiro está simbolicamente representada por essas organizações. Este relatório, no entanto, representa cinco ou seis empresas que dominam a cadeia do agronegócio. A sociedade civil brasileira, que, neste caso, representa organizações públicas como a ANVISA, o IBAMA, o Ministério Público, é contra este relatório.

Eu quero então entregar este abaixo-assinado à Presidenta, para que ela se sensibilize, juntamente com o Relator, e estabeleça o prazo de mais 1 semana, pelo menos, para que aconteçam as audiências públicas necessárias nesta Comissão. Depois disso, votamos outro relatório e não este apresentado pelo Relator.



Presidenta, vou entregar a V.Exa. este relatório, em nome dessas organizações, dessas 100 mil pessoas.

Obrigado.

(Procede-se à entrega do abaixo-assinado.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado. *(Palmas.)*

Tem a palavra, por 8 minutos, a Minoria.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, recentemente ganhei de presente um livro do linguista americano Noam Chomsky. O título do livro é *Quem manda no mundo?* Ele vai mostrando que a política está insignificante porque o povo percebe a alta influência do poder econômico na política. Grande número de eleitores não vai mais às urnas. O eleitor diz: *"Vou fazer o que lá? Quem manda de fato é o poder econômico"*.

Esta discussão aqui é uma demonstração inequívoca de que é o poder econômico que manda na política no Brasil e neste Parlamento. Quem está por trás deste projeto de lei são os grandes fabricantes de agrotóxicos. Só eles ganham com isto aqui. Quem perde com este projeto de lei é o povo brasileiro. É o povo brasileiro! Se esse projeto vingar, o povo brasileiro vai consumir mais veneno.

Por isso, vou defender os meus companheiros de partido. A Oposição vai fazer uma dura obstrução no plenário. Deixar de obstruir significa permitir que matérias como esta prosperem, e nós não podemos permitir isso.

Mas eu quero dialogar aqui com quem representa a agroindústria. Conheço Deputados da agroindústria. Outro dia, dialogando com alguns deles, nós dizíamos: *"Por que não se estabelecer uma mesa de diálogo em que se defina que alguns agrotóxicos ou princípios ativos que foram proibidos no mundo sejam também proibidos em nosso País e seus substitutos sejam licenciados no Brasil?"* Ora, esse seria o mais racional dos debates! É evidente que nós queremos um mundo sem agrotóxicos. É evidente que há substitutos para os agrotóxicos. Um processo de negociação seria o de banir do Brasil aqueles agrotóxicos que foram proibidos no mundo e substituí-los por princípios ativos mais modernos. Agora, o que faz a agroindústria brasileira aqui, com os seus representantes? Impõe ao Brasil que continue consumindo agrotóxicos que são proibidos no mundo. Venenos! Eles mesmos admitem que são venenos. Culpam a ANVISA, culpam outras



agências de regulação porque, segundo eles, não estariam permitindo a entrada de outros princípios ativos melhores no Brasil.

Com este projeto de lei, estão enfiando goela abaixo da sociedade brasileira venenos proibidos em outros países. Essa é a questão que está em discussão aqui. É desta maneira que reage a elite brasileira: em vez de civilizar o Brasil, quer levá-lo à barbárie.

Muitos desses agrotóxicos que estão sendo aprovados — há facilidades para a aprovação e a permanência deles — não existem na mesa do cidadão europeu, não existem na mesa do cidadão americano, mas continuarão a existir na mesa do cidadão brasileiro, por ordem dessa elite atrasada! Essa elite nos leva ao atraso, não a elite europeia, que já baniu esses agrotóxicos; não a elite americana, que já baniu esses agrotóxicos. Essa elite brasileira quer continuar a fazer com que o povo brasileiro consuma venenos e possa ficar vulnerável ao câncer e às demais doenças que esses venenos propiciam. Essa elite é atrasada. Livros brasileiros vêm demonstrando que essa elite tem raízes na escravidão. Essa é uma elite que não se moderniza, é uma elite que não consegue oferecer nada de melhor para o povo brasileiro.

Por essa razão, Deputado Molon, Deputado Elvino, Deputado João Daniel, Deputado Nilto Tatto, nós temos que fazer uma grande obstrução em plenário para que nada mais vingue até a eleição, até o povo brasileiro perceber quem está do seu lado e quem está contra ele. É por isso que nós temos inúmeras razões para não permitir este projeto, e não por falta de diálogo, Deputada Tereza Cristina.

Outro dia, conversando com o Deputado Adilton Sachetti, conversando com outro Deputado, de Santa Catarina, ambos do agronegócio, sugeri a eles este debate racional. Eu só como, quando posso, orgânicos. Agora, há segmentos da sociedade que acham que é impossível substituir todos os agrotóxicos, mas não podemos aceitar aqueles princípios ativos comprovadamente nocivos à saúde da população.

Não foi esse o debate que o agronegócio aceitou. Eles querem enfiar goela abaixo o veneno. E nós temos que impedir esta votação aqui, nesta Comissão, e impedir que prosperem quaisquer projetos como estes no plenário, que só interessam ao poder econômico, da grana, do dinheiro, do atraso, e não ao povo brasileiro, que deveria se alimentar de produtos mais saudáveis, e não de produtos venenosos. Este é o caso de muitos desses princípios ativos que vão sendo eternizados na agricultura brasileira, mas



que poderiam ser modificados se tivéssemos uma elite capaz de pensar o País, e não só pensar a força da grana e do negócio única e exclusivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os contrários queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

(Não identificado) - Verificação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não é possível. Não se encerrou o interstício.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Sim, Deputado, uma vez que o parecer foi distribuído em avulso, fica dispensada a sua leitura.

Passo a palavra ao Deputado Nilson Leitão e, depois, ao Relator para que faça as suas considerações.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Sra. Presidente, já pedindo a dispensa da leitura da ata, eu só quero fazer aqui, em 1 minuto, algumas correções.

Primeiro, a Oposição, o PT, acusa quem aprova este projeto de elite. Elite é o PT. Aliás, o partido mais rico do Brasil hoje, com a maior capacidade de relacionamento com o empresariado brasileiro, é o PT.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - E mal-educado também, porque gosta de interpelar. Eu ouvi o senhor, atentamente, em silêncio.

Segundo, obstrução vocês já estão fazendo, não estão inventando. Obstrução vocês já estão fazendo há muito tempo, há algumas sessões.

Terceiro, essas empresas, que eles acusam de fornecer os defensivos agrícolas, já estavam oferecendo esse produto durante todo o governo do PT, durante os 14 anos em que vocês estiveram no poder. Elas ofereceram o produto ao Brasil e vocês nunca disseram nada contrário para justificar este discurso que vocês estão fazendo hoje.

A lei não aumenta nem 1 milímetro, nada, para a utilização dos defensivos que usou até hoje, até agora — até agora!

(Intervenções fora do microfone.)



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Ninguém está discutindo aumento de utilização.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, eu peço silêncio. Ouvimos todos os lados. Agora o Líder do PSDB tem 7 minutos para falar.

Recontem o seu tempo!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor! Calma! V.Exas. já falaram. Agora é a vez de S.Exa. falar. Por favor!

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Eu não vou usar os 7 minutos, não vou cansá-los. Eu só quero dizer que este é o mesmo discurso de qualquer outro tema ideológico que querem discutir aqui. O projeto não trata de qualquer aumento. Agora, comparar Europa com Brasil... V.Exas. têm uma oportunidade, quem sabe? A Presidente Dilma já inventou "ensacar vento", quem sabe conseguem ensacar neve e trazer para cá, e trazer o clima europeu para cá. Não há como ser o controle de insetos da Europa o mesmo do Brasil, um país onde faz sol o ano inteiro, com chuva e seca se dividindo a cada 6 meses, em regiões que produzem. É quase uma imbecilidade fazer esse tipo de comparativo. V.Exas. não estão querendo de fato fazer com que o Brasil evolua naquilo que fazem.

Aliás, eu recebi esses dias um texto muito interessante: o indivíduo de direita, quando é vegetariano, deixa de comer carne; o de esquerda — ideológica, e, às vezes, com certa ignorância —, quando é vegetariano, deixa de comer carne, mas quer fazer campanha para que ninguém coma.

Ora, é preciso parar com essa demagogia. Este debate é importante. O Brasil precisa entender que, se não houver o defensivo, não vai haver alimentos. É importante engessar, é importante haver critérios duros, é importante poder evoluir. Agora, é claro, a Europa deixou de usar vários produtos, porque lá neva. Muitos já não precisam mais ser utilizados. Aqui, não! Na produção de mamão, não se consegue concorrer com os insetos que buscam a fruta se não houver o defensivo. Se cair um doce no tapete ou no chão da sala, vai encher de formiga e de barata, e se usa o veneno para matar dentro de casa. O defensivo agrícola é utilizado para haver produção no País. É uma soma.

E há tantas inverdades. Eu recebi esses dias um relatório dizendo que o brasileiro consome 5,2 litros de defensivo por ano. Vejam a conta que essa ONG fez: dividiu a



quantidade de litros utilizados no Brasil pela quantidade de brasileiros e considerou que é isso que se consome. Não levou em consideração que aquilo desseca, que é lavado, nada. Essa é uma coisa grosseira, que depois outra imprensa nacional acabou desmentindo.

Então, essas desinformações não somam. O que pode somar aqui? O que deve acontecer? Hoje, o Relator lê o parecer; na semana que vem, a pedido do PT, há um debate aqui durante o dia todo — e vamos debater com um pouco mais de honestidade intelectual —; e encontramos de fato o que vai acontecer. O que não vai acontecer? Aumento do uso. O que não vai acontecer? Piora da saúde pública, devido ao que já acontece hoje. Vai haver melhora. Agora, o que é preciso fazer? Não usar mais subterfúgios de lei para não deixar o Brasil evoluir, como acontece em tantos lugares.

E V.Exas. falam de empresários. Esses empresários são brasileiros que acabam usufruindo da economia para poder bancar Poderes como este, para poder bancar a economia brasileira. Vamos parar de querer dividir o Brasil em "nós contra eles", que, aliás, é uma estratégia de V.Exas. que tem que acabar. Já não dá mais certo. O "nós contra eles" tem que acabar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Eu sou contra isso, eu sou a favor do que V.Exa. está falando, só que eu assumo — eu assumo!

Eu estou fazendo um relatório da Lei de Cultivares que é contra a Monsanto, contra as multinacionais, para dar oportunidade às pequenas empresas de pesquisa no Brasil. E o PT está atrapalhando a votação. V.Exas. falam uma coisa e fazem outra.

Eu aqui não defendo multinacional por defender. Eu não defendo de jeito nenhum. Eu não tenho nenhuma ajuda delas. Agora, é preciso parar com essa demagogia barata, com invenção de números, com invenção de informações, que é o que V.Exas. têm feito.

Vamos fazer aqui, de fato, um debate altivo, honesto, com mais honestidade intelectual. Eu acredito que essa divisão que V.Exas. pregaram até agora no Brasil venceu. Acabou! Não existe nós e eles. O Brasil é um só, que precisa produzir, gerar emprego. Se é preciso qualquer programa social, consideremos que a melhor inclusão social é o emprego. E como se gera emprego? Produzindo, não é gritando e fazendo piquete, não é invadindo prédios e cobrando dos invasores que vão para piquete do PT. Não é assim que vai melhorar o Brasil.

(Intervenções fora do microfone.)



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Consulto o Relator se deseja...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Qual o artigo?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Não, não. A questão de ordem é sobre... Eu queria só me certificar de um aspecto. O relatório não foi lido porque foi distribuído. Então, a minha questão de ordem, a consideração que eu queria fazer é que seria bom que o Relator lesse, porque as citações que são feitas, por exemplo, de imbecilidade... Ele está recomendando, aqui dentro, que a OCDE, que engloba países com climas diferentes do clima do Brasil, que nós aprovemos aquele clima da OCDE.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Isso não é questão de ordem, Deputado. Por favor! Não é!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, vou concluir. Que possamos, então, ter aqui, porque na terça-feira nós vamos fazer uma reunião de debates. Vamos fazer isso. Mas eu já queria alertar para o fato de não ter sido lido aqui. O relatório dá margem a esse tipo de fala — se alguém tem colocado veneno em casa e existe lá um doce, vai envenenar as crianças. É isso que vai acontecer. Ninguém vai colocar veneno na cozinha quando existe lá um doce, porque a criança vai pegar e vai se envenenar.

Então, essas são falas que não servem. Aqui nós temos respeito ao tema. Eu queria ver se dá para ler aqui. Se lesse agora, seria muito bom. Talvez muitos votassem conosco.

Eu só faço, então, uma questão de ordem, solicitando, mesmo que o Regimento permita que, ao ser entregue... Se o Relator lesse por inteiro o relatório, já iríamos tirar todas essas dúvidas. Aqui há sim aumento de veneno, troca de nome, restrições...

(Não identificado) - Não esqueçamos, Presidente, que o relatório foi feito no dia 24.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Então, eu estou fazendo um pedido... Fico feliz.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. me deixe responder a sua questão de ordem.

Diz o Regimento Interno:

Art.

57.

.....

.....

...



VI - lido o parecer, ou dispensada a sua leitura se for distribuído em avulsos, será ele de imediato submetido a discussão.

O parecer foi apresentado no dia 24. Todos têm o texto para ser lido.

Agora passo a palavra ao Relator, para que faça suas considerações.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR - PR) - Eu queria cumprimentar a Presidente da Comissão Especial, Deputada Tereza Cristina, que fez um excelente trabalho durante 2 anos, o amigo Deputado Covatti Filho, que é o autor desta lei, e as Sras. e os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Eu ia realmente fazer a leitura, mas acho que já foi enviado à Câmara e V.Exas. poderão tê-lo em mãos.

Eu só quero dizer que foi muito bom este debate e temos que continuá-lo. Como eu disse ontem, se houver boas sugestões, boas propostas concretas, posso tranquilamente incluir no nosso parecer. Ainda há tempo para conversarmos. A lei que trata dos defensivos agrícolas no Brasil foi criada em 1989, ou seja, quase 30 anos atrás. Então, quero que entendam que precisamos atualizá-la e modernizá-la. O primeiro ponto é esse, e estamos de acordo com isso.

Sobre os órgãos públicos, tanto MAPA quanto ANVISA e IBAMA vão ter as mesmas funções. Não vai mudar nada. Cada um vai estar na sua função. Apenas estamos propondo integrar e informatizar os três Ministérios, porque, como todos sabem, para registrar um produto novo que possa contribuir com a nossa agricultura demora de 3 a 8 anos. Isso não pode continuar. Acho que V.Exas. estão de acordo em que temos que melhorar essa parte. É lógico que há muitas coisas que nós colocamos aqui.

Outra coisa que posso dizer é o seguinte, muita gente questionou se o uso dos defensivos agrícolas no Brasil é maior. Não é verdade. Nós temos aqui uma estatística: primeiro lugar, Holanda, seguida de Japão, Bélgica, França. O Brasil ocupa o sétimo lugar. Então, não é assim. O País é muito grande em área e temos clima tropical. Então, é lógico que tem que usar defensivos. Os defensivos agrícolas são um remédio para as nossas plantações, que, quando ficam doentes, têm que receber remédio — quando há pragas e doenças tem que ser aplicado o defensivo agrícola. É lógico que nenhum agricultor quer aplicar isso, porque custa caro. Agora, com essa lei, vamos trazer novos produtos, novas substâncias, e vai haver menos aplicação. E tranquilamente vai haver um bom produto para que o agricultor possa aplicar menos e ter segurança maior. Inclusive, batizamos essa de



Lei do Alimento Mais Seguro. Nossa preocupação, não tenham dúvida nenhuma, é realmente com a população, que tem que receber alimentos mais saudáveis. Com essa lei, com certeza isso também está sendo contemplado.

Eu tenho muitas coisas para dizer. Na semana que vem, vamos poder conversar item por item. Àqueles que realmente têm propostas concretas, nós estamos aqui abertos para conversar.

No momento era o que eu tinha para dizer.

Quero agradecer a todos, às entidades, às instituições que colaboraram durante esses 2 anos. Esse foi um trabalho realmente incansável da Presidente Tereza Cristina. Agradeço a todos os Parlamentares que participam desse debate. Até quarta-feira que vem, nós vamos debater esse assunto. Se pudermos entrar em um consenso, será melhor, não há dúvida nenhuma. Acima de tudo, o mais importante é a sociedade brasileira ganhar com isso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidente, eu quero fazer dois pedidos. O primeiro é para que não chamem este tema dos venenos de comida limpa, por favor. Não vamos chamar este um projeto de comida saudável. O segundo é pedido de vista, para que tenhamos mais tempo para apreciar o assunto.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Peço vista conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Concedo vista conjunta aos Deputados Covatti Filho, Alessandro Molon, Nilto Tatto, João Daniel e Luis Carlos Heinze. Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, sobre o andar dos trabalhos, na terça-feira, faremos a discussão, o debate, e, na quarta-feira, a discussão e a votação?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Sim.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O.k. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Nós precisamos de duas reuniões para começar a discussão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Perfeito. Na terça-feira, faremos os debates e, na quarta-feira, começamos a discussão.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Só lembro, Deputado Alessandro Molon, que o acordo não foi fechado aqui. Lembrem-se de que tentamos um acordo. Vamos seguir o Regimento.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, foi anunciado aqui que haveria um debate interno também.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Isso era objeto do acordo, Deputado.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Deputado Luiz Nishimori, se formos fazer um debate, eu gostaria que pudéssemos trazer para cá algumas instituições que estão questionando o relatório, como ANVISA, Ministério Público, Tribunal de Contas, que estão levantando questões que não estão sendo debatidas no relatório. Precisamos construir isso junto com alguns convidados para contribuir com o relatório que está aqui. Era isso que eu queria sugerir antes de votarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputados, primeiro, o nosso acordo era não obstruir e votar, para que pudéssemos ter mais tempo nessa discussão. Não houve acordo. V.Exas. obstruíram até hoje de manhã.

Segundo, o Deputado Luiz Nishimori disse que está à disposição para discutir com quem quiser numa reunião com V.Exas., ANVISA, Tribunal de Contas.

Neste plenário, nós vamos seguir o Regimento: nós vamos ter as duas reuniões de discussão e depois haverá a discussão e a votação.

Desculpem-me. Haverá as duas reuniões de discussão e depois... Serão duas reuniões, para poder contar tempo, e depois, discussão e votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Em nome daquilo que foi... Vou traçar um histórico bem rápido, porque talvez nós tenhamos uma compreensão. Eu insistia ontem na sessão com essa preocupação. Qual era a ideia de um acordo? A ideia de um acordo era: nós faríamos ontem a leitura, a distribuição; na semana que vem, só o debate; e, na outra semana, a votação. Esse acordo não foi feito. Aí o que aconteceu? O Deputado Covatti Filho fez a proposição de que nós, na terça-feira, faríamos só uma reunião de debate, e aí o pessoal começou a recolher nomes. Eu fui assinar. Eu fiz a questão de ordem para V.Exa. Essa assinatura nós não vamos debater, porque é na reunião em que vai haver votação, que vai ser na quarta-feira. Aí nós construímos esse entendimento, Presidenta.



Então, eu quero repetir o entendimento: hoje nós tentamos fazer obstrução, foi pedido vista; para terça-feira, está valendo não o acordo anterior, que era para a terceira semana, está valendo que só haverá o debate. Todo mundo vem aqui, abre uma lista, faz debate. Nós gostaríamos que, nesse debate, as entidades pudessem falar. V.Exas. não estão deixando que as entidades falem. Nós queríamos que as entidades falassem. Na quarta-feira, aquela lista que nós escrevemos ontem vai ser na discussão e, se puder, que haja votação — depende do entendimento, como V.Exa. diz. Eu queria, entretanto, que fosse refeito esse entendimento que foi acordado ontem naquela reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Bohn Gass, eu faria isso se fosse regimental. Eu disse, depois que não houve acordo, e nós combinamos, que seria tudo regimental. Acontece o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Calma. V.Exa. me deixe terminar. Depois V.Exa. terá o direito da réplica.

Para as entidades participarem, precisaria de requerimentos aprovados. Nós não temos requerimentos aprovados, não.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não. Aprovados, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não, aprovados na Comissão lá atrás. Não falo de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Bom, nós vamos discutir esse assunto. Eu vou discutir com o Sr. Relator e com V.Exas.

Eu encerro esta reunião, para que nós possamos ter o melhor entendimento possível e para que nós cheguemos não a um acordo, porque nós não vamos chegar nunca, mas a um entendimento do que for melhor para a legislação, para todos os brasileiros.

Eu vou agora passar para o Expediente.

Comunico que foram recebidas correspondências, que darei como lidas. A relação desses documentos encontra-se na mesa de apoio e à disposição de todos os interessados.



Foi pedida a apreciação das Atas de nºs 11, 12, 13 e 14 das reuniões ordinárias, realizadas nos dias 15 de fevereiro, 8 de março, 5 de abril, de 2017, e ontem, respectivamente, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura das atas. *(Pausa.)*

O Deputado Nilson Leitão pediu a dispensa.

Está dispensada a leitura da Ata.

Indago se algum membro deseja retificar as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-las, coloco-as em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou conceder 1 minuto para cada um e peço para que falem o ponto que querem retificar.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidenta, eu quero que os Deputados vejam isso. Na ata precisa constar esse entendimento. Não é um acordo, Presidenta — eu quero insistir nisso. O acordo anterior seria para jogar para a terceira semana, e para isso não houve acordo.

Então, nós vamos cumprir o Regimento, vamos fazer obstrução, só que, terça-feira, a sessão será somente para debates. Isso eu quero que seja registrado em ata, porque senão não vale o que dissemos ontem. Na quarta-feira nós vamos seguir o Regimento, perfeitamente, como V.Exa. disse, mas a reunião de terça-feira não poderá contar para efeito de inscrições; na terça-feira vai haver o debate.

Nós gostaríamos que as entidades participassem. V.Exas. não estão querendo que as entidades participem desse debate. Mas na terça-feira nós estaremos aqui e vamos solicitar que as entidades tenham direito a palavra.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR - PR) - Nós temos que respeitar o Regimento Interno da Casa. Como eu disse, se uma entidade quiser apresentar uma sugestão em relação às propostas, eu posso fazer uma reunião à parte. Eu estou aqui para ouvir — já falei para os senhores. Portanto, fiquem tranquilos.

Agora, nós temos que seguir pelo menos o rito regimental da Casa. Então, a terça-feira seria destinada a debates entre Parlamentares. Se V.Exas. ou alguma entidade quiserem fazer alguma sugestão, estou a inteira disposição para conversar e ouvir. Vou anotar o que sugerirem, é lógico. Nós temos que construir a melhor proposta no momento para a nossa sociedade.



Era isso que eu queria deixar bem claro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, peço a palavra para *(falha na gravação)* também. Sra. Presidente e Deputado Luiz Nishimori...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, quero dizer só uma coisa: na ata vai constar que houve uma proposta de acordo para ficar na terceira semana; na ata vai constar, depois, que houve uma proposta de acordo para fazer um debate na terça-feira. E, na quarta-feira, nós vamos debater, aí, sim, com inscrições formais dos Deputados, encaminhamento de votação e tudo mais a que se tenha direito regimental. Agora, na terça-feira a reunião vai ter certa informalidade.

Eu saí há pouco da reunião da Comissão de Educação que está em andamento, Deputado Luiz Nishimori, e as entidades vão falar neste momento — os reitores das universidades estão lá para falar sobre a assistência estudantil —, porque o Presidente abriu a palavra.

Então, isso é normal. Como se trata de um debate informal, ele pode ser feito com os Deputados, mas, na quarta-feira, não; na quarta-feira haverá inscrições dos Deputados.

(O microfone é desligado.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - ...que abra a palavra para as entidades, Sra. Presidente — é V.Exa. que comanda isso —, e deixe os especialistas falarem. Isso servirá para informar os Deputados e assegurar uma melhor votação na quarta-feira. Não vejo nenhum problema em abrimos a palavra para os Deputados e para pessoas que enriqueçam o debate.

Então, acho que o Deputado Luiz Nishimori e V.Exa....

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, é uma matéria vencida.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não é vencida.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Abrir o debate para os Parlamentares é o que foi aqui discutido e acordado; depois, haveria a discussão e a votação.

As entidades, se quiserem, podem mandar por escrito as sugestões ou procurar, juntamente com os Parlamentares, com V.Exas., o Deputado Luiz Nishimori, que já se colocou à disposição para possivelmente mudar o relatório dele. Eu acho que dessa forma



teríamos muito mais resultados práticos do que se ficarmos aqui discursando. Se realmente V.Exas. e as entidades têm boas sugestões, passem-nas por escrito ao Deputado Luiz Nishimori, o.k.?

Na transcrição isso tudo vai estar registrado, até esses acordos que nós discutimos aqui. Na ata não consta isso, mas o inteiro teor destas reuniões foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião. Na ata eu posso fazer constar a proposta de acordo.

Vou passar a palavra para o Deputado Molon e, depois, encerrarei esta sessão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado, Presidente.

Pedi a palavra para tentar conciliar as duas visões, porque eu acho que é possível. O Deputado Luiz Nishimori disse: *"Terça-feira haverá os debates, e eu posso receber as entidades numa outra reunião"*. A nossa ideia seria que ele ouvisse essas entidades junto com os Parlamentares. Não são coisas incompatíveis. E isso não viola o Regimento — que eu saiba, não há nenhum impedimento a que tenhamos uma reunião aberta com a presença, por exemplo, de alguém do IBAMA.

E eu acho, Presidente, que, até para ajudar o Relator, seria bom que essas entidades falassem do projeto — não genericamente, mas de maneira específica. Elas poderiam dizer, por exemplo: *"O inciso I do art. 2º não deveria ter essa redação, mas esta aqui, porque desta forma se evitaria aquele risco"*. Esse poderia ser um debate muito produtivo. Nós faríamos isso na terça-feira e faríamos a discussão e votação na quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k., Deputado Molon. Então, V.Exa. corrobora a minha ideia de as entidades trazerem por escrito o que elas querem. V.Exas. podem fazer isso até antes da reunião, porque o Deputado Luiz Nishimori se colocou à disposição para isso. Eu peço a V.Exas. que conversem com o Deputado Luiz Nishimori agora, após a reunião.

Eu declaro aprovada as atas e encerro a nossa reunião.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Só peço a palavra para uma fala rápida, antes de V.Exa. encerrar. Veja bem, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, eu vou ouvir V.Exa., mas eu preciso sair, pois estou atrasada para um compromisso marcado para as 12h30min. Vou passar a Presidência para o Deputado Bohn Gass para que ele possa encerrar.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Primeiro, se o compromisso for almoço, recomendo a V.Exa. que coma alimentos orgânicos e evite aqueles com agrotóxicos. *(Risos.)*

Em segundo lugar, as entidades podem trazer as sugestões por escrito, mas podemos ouvi-las também, não custa nada. É possível um entendimento. Eu vou conversar com o Deputado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está encerrada a reunião.